Coleção Organização Comunitária e Incidência em Políticas Públicas

Volume II

Desenvolvimento: modelos experimentados ao longo da história do Brasil

Pró-Lideranças NEA-BC:
uma experiência inovadora na perspectiva da Educação para a Gestão Ambiental

Organizadores
Antônio Nascimento
Jean Marcelo Costa
Suyá Quintslr

Coleção Organização Comunitária e Incidência em Políticas Públicas
Desenvolvimento: modelos experimentados ao longo da história do Brasil.

Volume II

VENDA PROIBIDA.
Todos os direitos desta edição estão reservados a
Participar – Desenvolvimento e Avaliação de Projetos.
Qualquer parte deste material poderá ser reproduzida,
desde que citadas fonte e autoria.

As opiniões e informações veiculadas nesta publicação
são de inteira e exclusiva responsabilidade dos respectivos autores,
não representando opiniões ou posturas institucionais da Petrobras.

Disponível em: www.participar.srv.br e www.neabc.org.br

Tiragem desta edição: 1.430 exemplares

Impresso no Brasil / Printed in Brasil

1ª Edição: 2013

Elaboração, distribuição e informações: Av. Tancredo Neves, 2.227, Salvador Prime – Torre Work, Sala 403 – Caminho das Árvores. CEP: 41.820-021 – Salvador-BA.
(71) 8801-0373 | www.participar.srv.br.

P962 Pró-Lideranças NEA-BC: uma experiência inovadora na perspectiva da Educação para Gestão Ambiental./ Antônio Nascimento; Jean Marcelo Costa; Suyá Quintslr (organizadores). Salvador: Participar, 2013.
7 v.: il. - (Coleção Organização Comunitária e Incidências em Políticas Públicas).

Conteúdo: v. 1. Pró-Lideranças NEA-BC: conceitos e métodos. v. 2. Desenvolvimento: modelos experimentados ao longo da história do Brasil. v. 3. Políticas Públicas: formulação, acompanhamento e participação social. v. 4. Controle Social e Orçamento Público. v. 5. Licenciamento e Educação Ambiental. v. 6. Rendas do Petróleo: *Royalties* e Participações Especiais. v. 7. Direito e Cidadania.

ISBN - 978-85-66840-00-1 obra completa.
ISBN - 978-85-66840-02-5 volume II.

1. Gestão Ambiental. 2. Educação Ambiental. 3. Licenciamento Ambiental. 4. Cidadania. 5. Políticas Públicas. 6. IBAMA. 7. Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos – NEA-BC. I. Nascimento, Antônio. II. Costa, Jean Marcelo. III. Quintslr, Suyá. IV. Título.

CDU: 502.14

Coleção Organização Comunitária e Incidência em Políticas Públicas

Volume II

Desenvolvimento: modelos experimentados ao longo da história do Brasil

Organizadores
Antônio Nascimento
Jean Marcelo Costa
Suyá Quintslr

Texto
Antônio Nascimento
Jean Marcelo Costa
Suyá Quintslr
Ana Tolino
Emanuelle Silva
Marcelo Arouca
Marina Mendonça

Pró-Lideranças NEA-BC:
uma experiência inovadora na perspectiva da Educação para a Gestão Ambiental

Realização
PETROBRAS / PARTICIPAR / Associação NEA-BC

Petrobras
Unidade de Operações de Exploração e Produção do Rio de Janeiro
Gerência Setorial de Meio Ambiente

Órgão Licenciador
IBAMA
A realização do Projeto NEA-BC é uma medida de mitigação
exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Organizadores
Antônio Nascimento
Jean Marcelo Costa
Suyá Quintslr

Texto
Antônio Nascimento
Jean Marcelo Costa
Suyá Quintslr
Ana Tolino
Emanuelle Silva
Marcelo Arouca
Marina Mendonça

Revisão Textual
Ena Lélis

Produção
Emanuelle Silva

Projeto Gráfico e Diagramação
Iure Aziz

Capa e Ilustrações
Bruno Aziz

Fotolito, Impressão e Acabamento
Burti Gráfica (www.burti.com.br) – Rio de Janeiro

Apresentação

A ideia de realizar este trabalho surgiu em maio de 2011, quando as primeiras atividades do Pró-Lideranças NEA-BC (Programa de Formação e Desenvolvimento de Lideranças) começaram a ser implantadas. O Programa é um mecanismo de apoio à iniciativa NEA-BC – Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos – Projeto de Educação Ambiental da PETROBRAS/UO-RIO, um processo educacional baseado em módulos temáticos, seminários presenciais teórico-práticos, intercâmbios de aprendizagem, análises de casos, resolução de desafios, visitas institucionais, rodas de diálogos intergeracionais[1].

A concepção do Pró-Lideranças NEA-BC visava estimular as qualidades de liderança dos seus participantes, através de experiências, desafios, decisões que os confrontassem com a problemática socioambiental. Ao mesmo tempo, propunha-se disseminar e construir conteúdos e ferramentas que desenvolvessem as qualidades necessárias para a gestão socioambiental em quaisquer dos âmbitos em que este papel interfira na condução ou articulação de políticas, programas, projetos ou organizações.

O ineditismo da iniciativa, no âmbito da execução de uma condicionante de licenciamento ambiental de empreendimentos de Petróleo e Gás, bem como a riqueza de debates em torno dos temas trabalhados, tornaram evidente a necessidade do registro dos aprendizados gerados. Assim, este material educativo foi concebido como uma espécie de legado pedagógico do Programa. Um instrumento de apoio ao permanente processo de construção de conhecimentos entre pessoas da mesma geração e de gerações diferentes, em contextos sociopolíticos permeados por conflitos, como é o caso da Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro.

O panorama encontrado ensejou o entendimento de que havia a necessidade de formulações mais precisas no campo do fortalecimento da organização comunitária para o exercício da cidadania. A formulação de uma ideia que pudesse se contrapor aos modelos hegemônicos de ensino-aprendizagem foi uma das tensões que orientaram essa construção.

Estávamos diante da necessidade de fortalecimento dos sujeitos, uma vez que os processos vivenciados apontavam para a emergência de uma organização comunitária nas localidades de abrangência do Projeto que respondesse de forma mais efetiva às demandas do processo de Licenciamento Ambiental.

Em termos mais práticos, é importante ressaltar que, apesar do crescente consenso acerca da necessidade de fortalecer grupos sociais, não havia, entre nós, inicialmente, concordância substancial sobre um conceito para designar este movimento e menos ainda sobre como fazê-lo. Uma variedade de termos foi debatida: desenvolvimento organizacional, *capacity building* (literalmente, o desenvolvimento das capacidades de uma organização), desenvolvimento institucional, fortalecimento institucional etc. Apesar da grande variedade de conceitos em torno da questão, o Pró-Lideranças NEA-BC optou por trabalhar a partir de elementos mais próximos da educação não formal.

1- A iniciativa é realizada nos seguinte municípios do Estado do Rio de Janeiro: Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casimiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra e Saquarema.

Nos processos formativos, o conceito de aprender estava sempre associado a transformar informações em conhecimento; compreender, atribuir sentido; aceitar e tornar-se diferente. O desenvolvimento das pessoas foi sempre visto como resultante desse processo de construção e incremento das capacidades de atribuir significados e de ser significado, de pensar e agir, de interagir com o mundo, de apreender a diversidade e de se situar nela, de pertencer. É tornar-se outro, sem perder as construções mentais anteriores, em um processo de apropriação que transforma.

As bases para a construção de valores de pertencimento e responsabilidade, essenciais para a inserção cidadã, tanto na dimensão humana como nas dimensões sociais, representava a construção da identidade, a ação com autonomia e interdependência e a incorporação da diversidade. A educação, e não somente ela, está referida a este processo de construir capacidades. Ela tem o papel de transmitir a produção cultural da humanidade para uma contínua construção histórica, fundamentada no desenvolvimento das pessoas e das sociedades, sempre de forma intencional.

Esta compreensão de educação estava intimamente ligada às formulações presentes nos trabalhos desenvolvidos pelos educadores do IBAMA:

> [...] ao falar em educação, referimo-nos a processos os mais variados, enfatizando sua dimensão formal e não formal. Efetivamente, ela acontece em casa, em reuniões, nos sindicatos, nas igrejas, no interrelacionamento das pessoas. E, naturalmente, acontece também na escola.
>
> É uma Educação que toma o espaço da gestão ambiental como espaço pedagógico e procura concretizar, na prática da gestão ambiental pública e, em particular, no licenciamento, a efetivação dos princípios que devem reger a Administração Pública brasileira segundo o art. 37 da Constituição Federal. (QUINTAS et al., 2005, p. 3)

A articulação dos conceitos possibilitou adotar no Pró-Lideranças NEA-BC processos educativos, sobretudo não formais, detonadores de processos de construção de capacidades de liderança vinculada à apropriação cultural que cada indivíduo produz nas suas relações com as outras pessoas, com o seu entorno e com ele próprio, gerando significados que, além de serem individuais, são, sobretudo, sociais. A condução desta ação como atividade educacional teve a característica de apresentar conjuntos de proposições que, intencionalmente, provocaram aprendizagens de forma estruturada. Isto significa que, por diferentes caminhos, foram organizadas situações para que as pessoas se desenvolvessem.

Entendemos que este material educativo pode ajudar as comunidades a gerenciar sua própria aprendizagem (saber ser) e a relação do resultado dela numa intervenção real (saber fazer). Todo trabalho aqui produzido representa um instrumento impulsor da continuidade da produção do conhecimento e das práticas sociais geradas pelos comunitários.

Processos educacionais comunitários, não escolares, mas sistemáticos e sistematizados, são alternativas importantes para ampliação do repertório e das capacidades de operar com ele e articulá-lo com a vida pessoal e a vida cidadã. Atualmente, mobilizam os grupos sociais mais que a educação escolar e possibilitam aproximar a identidade de sentido entre educadores e educandos. Entretanto, para que tenham eficácia, precisam provocar reflexão sobre as atividades realizadas, as relações destas práticas com os processos de desenvolvimento local e sobre o seu significado.

Os saberes construídos por esses processos educacionais, decorrentes de atividades produzidas pelos próprios grupos ou provocadas no diálogo entre grupos externos ao território e apropriadas e resignificadas no âmbito deste, tendem a assumir uma função transformadora efetiva sempre que são produtos da relação dialógica entre a tomada de consciência dos saberes, fazeres e valores locais e o acesso aos saberes, fazeres e valores de outros âmbitos.

É nesse contexto que os registros dos aprendizados assumem um importante papel, reproduzindo conhecimentos em diferentes instâncias de organização, por diferentes grupos, em distintas localidades, que se articulam, pelo compartilhamento estruturado, na construção de um novo conhecimento que, por sua vez, é apropriado e recontextualizado no âmbito dos mesmos grupos, instâncias organizativas e localidades. A construção do conhecimento é a construção da liberdade e não há liberdade sem a possibilidade de escolha. As escolhas pressupõem um quadro de referências, um repertório, que só o acesso ao conhecimento amplo pode proporcionar. Esperamos que este material sirva de apoio a este processo.

Assim, este material educativo que você tem em mãos é parte de uma coleção composta de sete volumes que tratam dos seguintes temas: desenvolvimento, políticas públicas, participação, controle social, orçamento público, educação ambiental, royalties, direitos humanos e cidadania, sendo que o primeiro volume trata da abordagem metodológica e institucional do Pró-Lideranças NEA-BC. Desse modo, essa coleção busca sintetizar alguns dos processos educativos desenvolvidos no Pró-Lideranças, tornando-os acessíveis não só àqueles que fizeram parte do Programa, mas a todos os interessados em tomar parte no processo de gestão ambiental dos municípios.

Salienta-se que o tamanho e os objetivos deste material educativo impedem que certos temas sejam mais aprofundados. Por conta disso, para aqueles que se interessarem em compreender melhor determinado assunto tratado ao longo dos volumes temáticos (II a VII), criamos os quadros **Para saber mais**, onde indicamos alguns livros, filmes, sites e outras fontes de consulta para maior aprofundamento dos temas. Além disso, nos referidos volumes temáticos, inserimos quadros específicos, nos quais são destacados alguns conceitos ou aspectos relevantes sobre os respectivos temas, por entendermos que eles são fundamentais para uma compreensão mais crítica da realidade. E é esse um dos objetivos centrais do Pró-Lideranças NEA-BC. Destaca-se, ainda, que alguns momentos marcantes desse processo nas localidades podem ser evidenciados a partir das citações de participantes do Programa (destacadas por um marcador colorido), distribuídas ao longo dos textos desse material educativo.

Sumário

Introdução 9

1. Período Colonial Imperialista (de 1500 a 1889) 9

2. A "República Velha" (de 1889 a 1930) 13

3. Era Vargas e Desenvolvimentismo (décadas de 1930 a 1970) 16

3.1. A Era Vargas (1930 – 1945) 16

3.2. Pós-Guerra (1945 – 1964) 16

3.3. Regime militar: retrocessos no processo de democratização do país 17

4. Brasil e seu processo de (re)democratização 19

5. Algumas reflexões mais contemporâneas sobre o conceito de Desenvolvimento 21

Desenvolvimento: modelos experimentados ao longo da história do Brasil

Introdução

Muitas das características do Brasil contemporâneo são frutos do nosso processo de desenvolvimento. Para compreensão de alguns dos traços marcantes de nossa sociedade, como hábitos, cultura e a relação entre Estado e sociedade, é necessário retroagir alguns séculos na história do país. Ainda que se reconheça que a cultura indígena foi incorporada perifericamente em muitos locais, expressa em nomes de lugares derivados de termos indígenas, na culinária e no costume de dormir em redes, entendemos que o período que se inicia com a colonização portuguesa é fundamental para compreensão das desigualdades sociais que permanecem até os dias atuais.

Assim, este material educativo trata dos modelos de desenvolvimento adotados no país desde a chegada dos portugueses, em 1500. Vale ressaltar que não pretendemos pontuar exaustivamente eventos históricos, mas apenas ressaltar os elementos que consideramos mais importantes ao longo de mais de cinco séculos para o Pró-Lideranças NEA-BC.

Com esse objetivo, este material educativo encontra-se dividido em cinco seções. Na primeira seção – **Período Colonial Imperialista** – tratamos de duas fases distintas da história do Brasil: o Brasil Colônia, de 1500 a 1822, e o Brasil Império, de 1822 a 1889. Ainda que estas duas fases possuam diferenças importantes, neste material optou-se por descrevê-las juntas, uma vez que o padrão de desenvolvimento e planejamento adotados em todo este período (modelo agroexportador, sustentado pela mão de obra escrava e ausência de planejamento como atividade de Estado) não sofreu grandes modificações. Em seguida, debatemos as características de uma época de grandes transformações sociais e econômicas, a **República Velha.** Neste período, destacamos a mudança no regime político, da Monarquia para a República, e o início da transição de um sistema agrário-exportador para um sistema urbano-industrial. A terceira seção – **Era Vargas e Desenvolvimentismo** – abrange o período que tem início com o primeiro governo de Getúlio Vargas e vai até o momento da Ditadura Militar, passando pelos governos democráticos que governaram o país entre 1946 e 1964. Na quarta seção – **Brasil e seu processo de (re) democratização** –, o destaque é o processo de redemocratização do país e rearticulação dos movimentos sociais que buscam a consolidação do regime democrático e o acesso aos direitos cassados pelos governos militares. Por fim, na seção **Algumas reflexões mais contemporâneas sobre o conceito de Desenvolvimento,** concluímos este material educativo tecendo algumas considerações a respeito do debate contemporâneo sobre desenvolvimento.

1 Período Colonial Imperialista (de 1500 a 1889)

A chegada dos portugueses ao Brasil ocorreu como consequência da expansão marítima das empresas comerciais europeias. A principal motivação das empresas portuguesas era alcançar as Índias contornando a África, eliminando os intermediários italianos e mouros que dominavam o contrabando de especiarias do Oriente.

A "descoberta" do Brasil não alterou a motivação portuguesa: o comércio era o que importava, motivo pelo qual não estabeleceram uma colônia de povoamento, e sim uma colônia de exploração.

- "Os portugueses devem ter achado estranho ver o povo tomando banho."
- "Chegaram impondo o ritmo e a cultura deles."
- "A dizimação dos Goytacazes também é um exemplo desse processo."

Entender tal padrão de colonização é fundamental para a real compreensão de elementos até hoje presentes na sociedade brasileira. Mas você sabe qual é a diferença entre uma colônia de povoamento e uma colônia de exploração?

Esses dois modelos se distinguem pelo padrão de ocupação e pelo vínculo estabelecido com a terra. Em uma colônia de povoamento, os imigrantes buscam se estabelecer na terra, onde passam a residir e trabalhar em prol da construção de uma nova sociedade.

Por outro lado, em uma colônia de exploração, o objetivo principal é transformar o território ocupado (no caso, o Brasil) em um empreendimento lucrativo para o colonizador. Ou seja, Portugal buscou extrair ao máximo as riquezas e aproveitar os recursos naturais em benefício próprio, sem a preocupação de construção de uma nação.

Estabelecida esta relação **colonizador X colônia de exploração,** Portugal se empenhou em explorar os recursos e o território brasileiros, em benefício do comércio português.

No início da colonização portuguesa, a exploração do território resumia-se praticamente à extração do Pau-Brasil (*Caesalpinia echinata*), com o uso da mão de obra indígena. Dessa árvore, extraía-se corante para tecidos.

A exploração não sustentável do Pau-Brasil – que era extraído com maior velocidade que a de sua regeneração natural – foi responsável por um dos primeiros grandes impactos ambientais da história do país: a devastação das florestas costeiras (mata atlântica). Por volta de 1530, as reservas de Pau-Brasil tornaram-se escassas, impossibilitando a continuidade de sua exploração econômica.

Nesse período, com o objetivo de proteger o território português das invasões de outras nações europeias, a Coroa Portuguesa estabeleceu uma nova estratégia de povoamento: a costa brasileira foi dividida em doze setores lineares – as capitanias hereditárias –, doados a titulares que deviam estabelecer núcleos populacionais e distribuir terras a colonos portugueses.

Assim, baseado no grande latifúndio, teve início o primeiro ciclo agroexportador no Brasil: o ciclo da cana-de-açúcar. A dificuldade em empregar a mão de obra indígena na agricultura levou os proprietários de terras a fazerem uso da mão de obra de escravos africanos.

A partir da segunda metade do século XVII, apareceram fortes concorrentes para o açúcar produzido no Brasil, levando à decadência da produção.

Produção canavieira e surgimento de Quissamã

A história da ocupação de Quissamã está diretamente ligada aos barões do açúcar e ao período de produção canavieira. Tudo começou quando sete capitães receberam terras que iam do Rio Macaé ao Rio Iguaçu, pertencente à Capitania de São Tomé, do Governador Martin de Sá, por serviços prestados à Coroa pela expulsão dos franceses do Rio de Janeiro. A ocupação, no entanto, só se tornou mais efetiva no século seguinte, quando se iniciou a exploração canavieira em larga escala e foram construídos os primeiros engenhos da região.

Fonte: <http://www.quissama.rj.gov.br/index.php/turismo/2012-03-14-17-54-19>

- "A criação da Usina de açúcar daqui é desse período. Eu ainda vejo Quissamã como uma cidade muito religiosa e que valoriza muito o catolicismo."

Diversos produtos foram explorados de maneira similar no Período Colonial e durante o Império, tais como o ouro, o tabaco, o algodão e a borracha.

A abundância de recursos naturais no país e as boas condições do clima explicam a ascensão de cada um desses ciclos. Por outro lado, a ausência de investimentos, a ausência de planejamento da produção e extração dos produtos explorados, bem como a concorrência com a produção de outras colônias europeias são fatores apontados para explicar a decadência dos sucessivos ciclos de exploração agrícola e extrativista.

O que importa destacar aqui, sem descrever cada um desses ciclos, é que o ciclo da cana-de-açúcar viria a determinar as bases de uma forma de produção que perdurará por muitos séculos no Brasil e que têm fortes consequências nos dias atuais:

I. a produção em grandes latifúndios, com concentração de renda e poder;

II. o uso de mão de obra escrava.

A abolição da escravidão só ocorreu após quase quatro séculos da chegada dos portugueses, em 1888, tornando-se possível por coincidir com os interesses das classes dominantes. Entretanto, não se proporcionou aos escravos libertos as mesmas condições dos outros cidadãos e trabalhadores livres. Grande número de descendentes africanos foi entregue à própria sorte, sem garantia de condições básicas de sobrevivência[1].

- "Após a abolição da escravidão houve um acirramento das desigualdades sociais, onde os negros, agora livres, viram-se desamparados e obrigados a ocuparem os morros no Rio de Janeiro, originando as favelas."

- "O crescimento do nosso país se deu à custa do trabalho da nossa cor."

A desigualdade social ainda é uma realidade hoje nos municípios da Bacia de Campos. Segundo dados do Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o município de Campos dos Goytacazes é um dos municípios com maior concentração de renda do Estado do Rio de Janeiro. Os dados do Censo 2010 podem ser verificados no site <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>.

1-Este tema será aprofundado em outros volumes desta coleção.

2 A "República Velha" (de 1889 a 1930)

As mudanças sociais e econômicas tiveram papel importante para o fim do Império, em 1889, que também enfrentava o descontentamento de intelectuais e militares, além de conflitos com a Igreja. A população em geral também estava descontente com a Monarquia, mas não tinha grande confiança de que a solução seria a República. Desta forma, a instauração do novo regime foi conduzida pelos militares e não teve participação popular.

Esse período de pouco mais de 40 anos foi um tempo de grandes transformações na sociedade brasileira, a qual apresentou um significativo aumento populacional e também um aumento da população urbana em relação à população rural. Ou seja, teve início nessa época a transição do sistema agrário-comercial para o sistema urbano-industrial, que só viria a se consolidar após 1930.

Para saber mais

Livro: História Econômica do Brasil. Caio Prado Junior. Editora Brasiliense.

Programa: História do Brasil – por Bóris Fausto: República Velha

Disponível em: http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=32388

Filme: Guerra de Canudos, de Sérgio Rezende, 1997.

A riqueza produzida pela cultura do café possibilitou o início da industrialização do centro-sul

do país durante a República Velha. A cultura do café teve início ainda durante o Império e prosperou, sobretudo, no Vale do Paraíba, conferindo grande importância econômica ao Estado de São Paulo. Nas lavouras de café desse Estado, substituiu-se o trabalho escravo pelo trabalhador livre através do incentivo à vinda de imigrantes europeus. Apesar do avanço na relação de trabalho, na lavoura continuaram sendo empregados os mesmos métodos rudimentares do passado, não havendo investimento na prévia preparação do solo nem na seleção das melhores variedades para cada região de plantio.

A política de atração de imigrantes para o Brasil entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX estava relacionada com a tentativa de branqueamento da sociedade brasileira, através da anulação progressiva da população e dos traços culturais negro-africanos, visando à aproximação do Brasil com as características culturais da Europa. Nesse sentido, o argumento recorrente para a justificativa da imigração europeia, que se baseia na pretensa melhor qualificação profissional dos europeus para o cultivo do café, é relativo, visto que não houve uma grande transformação na base tecnológica de cultivo neste período que justificasse a substituição da mão de obra. A mão de obra ex-escrava tinha a qualificação profissional necessária, pois era ela a responsável pelo cultivo do café até então. Entretanto, no lugar de ser aproveitada para o trabalho livre na lavoura cafeeira, a população negra se tornou vítima de um Código Penal severo (1890) e tinha sua reprodução social e econômica prejudicada, pois não tinham acesso ao pleno gozo da cidadania e ao mercado formal.

Segundo nos conta Hofbauer (2006, p.213), em 1945, no final do Estado Novo, esta política de imigração eurocêntrica ainda estava presente:

> "Getúlio Vargas justificaria a assinatura de um Decreto-Lei (1945) que deveria estimular a imigração européia com as seguintes palavras: '[...] a necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características básicas mais desejáveis de sua ascendência'".

Entre 1884 e 1913, 2,7 milhões de europeus emigraram para o Brasil. Em 1915, 85% da força de trabalho empregada nas indústrias da cidade de São Paulo era formada por estrangeiros.

A Constituição de 1891 transforma o país em uma **República Federativa** e determina que seus presidentes sejam eleitos por meio do voto livre. Entretanto, o voto é restrito aos cidadãos alfabetizados do sexo masculino. Outra característica com consequências históricas importantes foi a inexistência do voto secreto. O voto aberto possibilitava a prática do coronelismo: prática através da qual os coronéis (como eram conhecidos os grandes fazendeiros) obrigavam seus subordinados a votarem nos candidatos que apoiavam ("voto de cabresto").

> "Os efeitos do período ainda podem ser sentidos em munícipios da região, onde as pessoas se calam e dizem: 'tá parecendo que tá na época do coronel'. Isso aqui é ainda muito forte."

Assim, o início do período republicano não apresenta um grande avanço em termos de cidadania no Brasil, que passa a ser governado pelas elites de São Paulo e Minas Gerais, que se sucedem no poder através de um acordo firmado entre elas.

Mas o que é uma República Federativa, afinal?

Após a Proclamação da República no Brasil, o país deixa de ser governado por um monarca e passa a ser governado por um presidente. Ou seja, o sistema de governo passa de Monarquia para República. Uma República Federativa é composta por Estados autônomos com governo próprio, unidos sob um governo central.

A partir da próxima seção, passaremos a uma nova fase do desenvolvimento do país. A década de 1930 e o Governo de Getúlio Vargas são marcados, entre outras coisas, pela importância que o **Estado** adquire no **planejamento** do **desenvolvimento** do país.

Fique atento às semelhanças!

- No início da colonização portuguesa, a extração do pau-brasil foi ditada pelo mercado. O corante extraído atingia bons preços e havia grande demanda no mercado europeu.

Resultado: rápido esgotamento da árvore nas matas costeiras mais acessíveis.

- O cultivo do café, alguns séculos depois, também seguiu as regras do mercado. O Brasil rapidamente se tornou o principal exportador do grão no mundo. Nas lavouras, a regra era plantar tantos pés de café quanto possível. As outras culturas perderam espaço.

Resultado: rápido esgotamento do solo e sucessivas migrações para novas terras.

Nos dois casos, pode-se dizer que o uso dos recursos não seguiu nenhum planejamento:

- O pau-brasil foi extraído numa velocidade maior que sua velocidade de regeneração e a exploração econômica em pouco tempo se tornou inviável.
- As plantações de café logo esgotaram os solos, sobretudo devido ao monocultivo e às técnicas rudimentares empregadas.

A exploração econômica dos dois produtos (como de muitos outros ao longo da história) poderia, em outro contexto, ter sido mais duradoura, caso tivesse havido um planejamento da extração/produção. Entretanto, na época (temos que ter em mente que isso ocorreu há vários séculos) não havia a compreensão da importância do planejamento – atividade normalmente desenvolvida pelo Estado, de pensar, projetar e racionalizar o desenvolvimento, incluindo o uso dos recursos a curto, médio e longo prazo, avaliando sua sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Hoje, muito se aprendeu sobre a importância da atividade do planejamento por parte do Estado, que deve pensar, além da sustentabilidade ambiental do uso dos recursos, nos ganhos econômicos e sociais das atividades incentivadas em seu território. Entretanto, o mercado ainda é uma força poderosa: algumas vezes a pressão para exploração de um determinado recurso é muito grande devido aos ganhos, normalmente econômicos, alcançados a curto prazo. Certamente isso já ocorreu na sua região. Você é capaz de lembrar alguma situação do tipo?

3 Era Vargas e Desenvolvimentismo (décadas de 1930 a 1970)

O período da história tratado neste capítulo teve início com uma quebra de acordo entre São Paulo e Minas Gerais, nas eleições de 1930, o que acabou por levar Getúlio Vargas a seu primeiro mandato presidencial.

3.1 A Era Vargas (1930 – 1945)

Getúlio Vargas assumiu a presidência com o compromisso de convocar novas eleições em 1938. Antes disso, porém, ocorreu o Golpe do Estado Novo (1937), através do qual Vargas conseguiu manter-se na liderança do país sem ser novamente eleito.

Após o fim da República Velha, houve a aceleração do processo de industrialização do país e a consolidação do padrão urbano-industrial. A crise do capitalismo mundial, em 1929, e a queda nos preços do café fizeram com que muitos produtores agrícolas mudassem de atividade, passando para a área da indústria.

Durante a Segunda Guerra, quando a exportação dos produtos agrícolas brasileiros entrou em queda e o Brasil se viu obrigado a realizar um processo de substituição das importações, o Estado assumiu a liderança no processo de industrialização do país, ditando os novos rumos de seu desenvolvimento.

É possível afirmar que o planejamento, enquanto técnica e instrumento de política econômica estatal, começou a ser incorporado pelo poder público durante a Segunda Guerra Mundial.

Paralelamente à política desenvolvimentista focada no crescimento econômico do país, Vargas buscou realizar uma política paternalista, através da qual tentava manter sob controle a crescente classe trabalhadora urbana que vinha sofrendo influência das ideias da esquerda europeia. O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criado em 1931, assumiu as rédeas deste processo. Foram criados, então, a Carteira de Trabalho, o sistema de Previdência Social – dando direito aos trabalhadores à assistência médica e aposentadorias –, o salário mínimo, entre outras regulamentações trabalhistas.

3.2 Pós-Guerra (1945 – 1964)

No ano de 1945, Getúlio Vargas foi deposto e foram convocadas eleições no mesmo ano.

Nos primeiros anos após o fim do Estado Novo, ocorreu um recuo na política de promoção do desenvolvimento nacional pelo Estado, que sofria a influência da ideologia liberal[2], e uma expansão do setor privado no país.

Com a eleição de Getúlio Vargas para a presidência, em 1950, houve a retomada do desen-

2-O liberalismo econômico data do final do século XVIII, quando as práticas do mercantilismo deixaram de atender às demandas surgidas com a transformação pela qual passava o capitalismo. Seu principal teórico foi Adam Smith, que defendia que o alcance da prosperidade econômica ocorreria sem a intervenção do Estado na economia, uma vez que o mercado seria o seu melhor regulador.

volvimento da indústria nacional e do investimento na indústria de base, nos transportes e serviços públicos. São criadas diversas empresas estatais. Em 1953, é criada a **Petrobras**.

A política desenvolvimentista e o estímulo à industrialização ganham força, em especial, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1960), que estabelece um ambicioso Plano de Metas para a economia brasileira. O principal objetivo do plano era resolver os "pontos de estrangulamento" da economia brasileira, que encontrava como principais obstáculos a carência de energia e de estradas que integrassem as diferentes regiões do país.

A política de integração nacional é uma das características marcantes do governo de Juscelino. Fazem parte desta política a mudança da capital do Rio de Janeiro para Brasília, a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e a construção de rodovias interligando as regiões do país.

Em 1961, Jânio Quadros assumiu a presidência do país, mas renunciou ao cargo no mesmo ano, após enfrentar forte oposição, em especial por sua aproximação com os governos comunistas de Cuba e União Soviética. Seu vice, João Goulart, assume o cargo, apesar da forte resistência de alguns setores da sociedade.

O governo de João Goulart (ou Jango, como era conhecido) foi marcado por uma política econômica nacionalista que deveria ser implementada através de seu Plano de Reformas de Base. O plano previa a realização de mudanças importantes, como a reforma agrária, a reforma tributária e a extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais, além da nacionalização das empresas estrangeiras presentes no território nacional.

Este programa de reformas aumentou a insatisfação de empresários, fazendeiros, setores da classe média e militares. Tal oposição foi apoiada pelos Estados Unidos, que temiam a influência dos países comunistas na política da América Latina. A ideologia americana influenciou, sobretudo, os militares da Escola Superior de Guerra.

Em 31 de março de 1964, um Golpe Militar depôs o presidente e Jango foi exilado. Em 09 de abril, foi promulgado o Ato Institucional nº1, dando amplos poderes ao Alto Comando Militar e acabando com a democracia que vinha se estabelecendo no país.

3.3 Regime militar: retrocessos no processo de democratização do país

Os anos de Ditadura Militar foram anos duros para o país, durante os quais foi extinto o voto direto à Presidência da República e a sucessão presidencial passou a ser controlada pelo Alto Comando das Forças Armadas. Foi estabelecido um estado de exceção e as liberdades políticas e civis foram cassadas. As liberdades de expressão e organização eram praticamente inexistentes e as manifestações artísticas passaram a ser submetidas à censura. Diversos políticos, militantes, artistas e demais cidadãos foram condenados por crimes políticos, sendo presos ou obrigados ao exílio.

- "Era preciso ter oportunidades de um cidadão para poder exercer cidadania."

Durante a ditadura, frente à ausência de liberdades civis e políticas, proliferaram músicas de protesto. Muitos artistas tentavam passar mensagens cifradas para evitar a censura. Ainda assim, muito da produção artística nacional deste período foi censurada.

A música "Canção de Despedida", de Geraldo Azevedo e Geraldo Vandré, composta em 1968, foi censurada inúmeras vezes durante a ditadura. Você é capaz de identificar os personagens desta canção?

Canção de Despedida

(Geraldo Azevedo e Geraldo Vandré)

Já vou embora
Mas sei que vou voltar
Amor não chora
Se eu volto é pra ficar
Amor não chora
Que a hora é de deixar
O amor de agora
Pra sempre ele ficar
Eu quis ficar aqui
Mas não podia
O meu caminho a ti
Não conduzia
Um rei mal coroado
Não queria
O amor em seu reinado
Pois sabia
Não ia ser amado
Amor não chora
Eu volto um dia
O rei velho e cansado
Já morria
Perdido em seu reinado
Sem Maria
Quando eu me despedia
No meu canto lhe dizia

No plano econômico, durante a Ditadura Militar, houve alinhamento com os EUA e intensificação da atuação do Estado no planejamento do desenvolvimento do país, com foco no crescimento econômico e na garantia da **segurança nacional.**

O objetivo de crescimento econômico foi alcançado principalmente durante o **Milagre Econômico** (1967 – 1973), quando o país alcançou taxas de crescimento de até 7% ao ano. Entretanto, este crescimento não foi revertido em qualidade de vida para a grande maioria da população, tampouco na redução das desigualdades sociais existentes no país.

O modelo extremamente dependente do capital internacional não resistiu à primeira crise do petróleo, em 1973. Nos anos seguintes, a taxa de crescimento se reduziu e houve aumento da dívida externa e da inflação.

Exploração de petróleo e desenvolvimento da Bacia de Campos

O início da exploração do petróleo na Bacia de Campos teve início na segunda metade da década de 1970, impulsionando o crescimento dos municípios da região e promovendo fortes alterações nas suas características. Macaé é um exemplo destas transformações. Após a década de 1970, o município, que era basicamente rural, passa a receber grande número de imigrantes que chegam à região para trabalhar na indústria do petróleo. As consequências deste processo e da ausência de um planejamento urbano eficiente são hoje acentuadas e podem ser percebidas na falta de moradia adequada, problemas no saneamento ambiental e formação de bolsões de pobreza.

Hoje, a Bacia de Campos é responsável por mais de 80% da produção de petróleo no país.

No final dos anos 1970, houve uma pequena flexibilização do regime brasileiro, que passou a permitir o pluripartidarismo. Neste período, o agravamento da crise econômica e o aumento da inflação e do desemprego fizeram crescer a oposição ao sistema de governo.

No ano de 1984, houve a campanha pelas "Diretas Já", nome pelo qual ficou conhecida a mobilização da sociedade para reivindicar o retorno das eleições diretas. Entretanto, a Emenda Constitucional que garantiria as eleições diretas foi derrotada na Câmara dos Deputados e Tancredo Neves foi eleito, em 1985, pelo Colégio Eleitoral. Tancredo morreu antes de assumir a Presidência, cargo que foi então ocupado por seu vice, José Sarney, após 21 anos da Ditadura Militar.

Para saber mais

Filme: O ano em que meus pais saíram de férias, de Cao Hamburger, 2006.

4 Brasil e seu processo de (re)democratização

A década de 1980 foi marcada, no Brasil, pelo início do lento processo de redemocratização do país e por reflexos da crise econômica mundial e da ideologia neoliberal. Durante esse período, a taxa de crescimento econômico apresentou forte queda e as dívidas contraídas nas décadas anteriores ocasionaram uma rápida elevação da inflação. As crises do petróleo da década de 1970 se somaram aos outros fatores, levando a década de 1980 a ser denominada no Brasil de 'década perdida'. A sociedade civil, por sua vez, realizava uma tentativa de reorganização dos movimentos sociais e partidos políticos extintos durante a Ditadura.

A Constituição Federal de 1988

Com o fim do regime autoritário, a sociedade brasileira sentiu a necessidade de elaborar um novo texto constitucional, que refletisse as mudanças pelas quais o país vinha passando. Para a elaboração da Carta, foi convocada uma Assembleia Constituinte, composta pelos deputados federais e senadores eleitos em 1986 e presidida pelo então deputado Ulysses Guimarães.

Durante o trabalho da Assembleia Constituinte, que durou 18 meses, o congresso recebeu propostas formuladas por diversos setores da sociedade. Em 05 de outubro de 1988, foi promulgada a nova Constituição.

O novo texto constitucional busca definir normas gerais que contribuam para a consolidação do regime democrático no país. Veja algumas delas:

- Garantia dos direitos individuais e coletivos, assegurando a liberdade de expressão e organização;
- Garantia de direitos sociais que incluem a educação, saúde, moradia*, trabalho e lazer, entre outros, além da ampliação dos direitos trabalhistas dos trabalhadores urbanos e rurais, a livre associação profissional e sindical e o direito de greve;
- Redução do poder do Executivo em relação às Constituições anteriores e fortalecimento dos poderes Legislativo e Judiciário;
- Reconhecimento do meio ambiente como um bem comum necessário à garantia da qualidade de vida, delegando ao poder público e à coletividade o dever de protegê-lo e determinando a obrigatoriedade da realização de estudos de impacto ambiental para as obras ou atividades potencialmente causadoras de degradação ao meio ambiente**.

Um dos pontos mais polêmicos da discussão do novo texto foi o capítulo sobre a reforma agrária. Como vimos anteriormente, a concentração de terras possui raízes históricas e conferiu grande poder aos grandes proprietários de terra. Na CF de 1988, a reforma agrária é aprovada como princípio, mas fica restrita às áreas consideradas improdutivas.

*A moradia só foi incluída como direito social no ano 2000, através de emenda constitucional.

** Este tema será aprofundado no volume desta coleção que trata de Licenciamento Ambiental

Veja o texto constitucional completo (incluindo suas alterações) em http://www.senado.gov.br/legislacao/const/

Na década de 1980, como consequência da crise econômica e da incorporação de elementos da ideologia neoliberal, ocorreu uma retração da participação do Estado na economia e no planejamento territorial. Todavia, a implementação da agenda neoliberal só foi intensificada no país após a eleição de Fernando Collor, nas primeiras eleições diretas presidenciais pós-ditadura. A tendência foi acentuada durante os oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), quando ocorreu a privatização de empresas estatais e o "desmonte" do aparato estatal. A redução dos investimentos em políticas sociais durante as décadas de 1980 e 1990 contribuiu para reforçar as desigualdades sociais no país.

Neoliberalismo

A teoria neoliberal surgiu na Europa como uma reação ao keynesianismo, ao Estado intervencionista e à social democracia. Entretanto, o neoliberalismo só foi colocado em prática com a eleição de Margareth Thatcher, na Inglaterra, em 1979, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, em 1981. A partir desse marco inicial, a ideologia neoliberal se espalhou rapidamente pelos países de capitalismo avançado, antes de ser exportada com inúmeras distorções para o Leste Europeu e América Latina.

Segundo a ideologia neoliberal, o Estado deve exercer mínimo controle sobre os fluxos financeiros e reduzir drasticamente seus gastos com políticas sociais. A agenda neoliberal inclui ainda a privatização das empresas estatais, uma vez que busca estabelecer o mercado como principal responsável pelo reaquecimento da economia. A despeito de orientar a redução da atuação do Estado em diversas áreas, segundo a ideologia neoliberal, ela deve continuar intensa na área da segurança, necessária à manutenção de um ambiente favorável ao mercado.

Apesar de muito se falar na implementação da agenda neoliberal no Brasil, na verdade, esta implementação nunca chegou a ser completa, havendo, sobretudo durante os oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso, uma incorporação de alguns de seus elementos, a exemplo das privatizações de algumas empresas estatais. De fato, alguns estudiosos consideram que a forma mais pura de política neoliberal foi a implantada por Thatcher na Inglaterra.

Se, por um lado, houve uma retração da participação do Estado na economia durante o Governo FHC, por outro, o planejamento regional foi retomado: o ano de 1996 representa um marco importante desta retomada, com o lançamento do Plano Plurianual 1996-1999, denominado Programa Brasil em Ação. A partir deste momento, ações de fortalecimento dos "eixos nacionais de desenvolvimento" são reforçadas pelos programas de governo seguintes, que reafirmam o compromisso de realização de diversas obras previstas neste Plano.

O governo Lula (2002 – 2010) é marcado pela continuidade da política econômica do governo anterior, pela retomada do crescimento do país e pela tentativa de reversão das desigualdades sociais. A incorporação de grande parcela da população à vida do país se dá, contudo, pela via econômica, através da ampliação dos programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família. Os programas sociais e a estabilidade econômica alcançada pelo Brasil garantem que Lula consiga eleger, em 2010, sua sucessora à Presidência.

A eleição de Dilma Rousseff sintetiza algumas mudanças pelas quais o país vem passando nos últimos anos:

- Dilma se tornou a primeira mulher chefe de Estado e Governo na história do Brasil.
- Além disso, a atual presidenta foi militante política durante o período militar e participou da luta contra o regime, tendo sido presa e torturada na década de 1970

Dilma Rousseff assume, em 2011, com o compromisso de fortalecimento dos programas sociais. Entretanto, o país ainda enfrenta

grandes desafios: as desigualdades regionais permanecem uma realidade, as desigualdades de raça e gênero constituem obstáculos ao aprofundamento da democracia e há um agravamento dos problemas típicos dos grandes centros urbanos, tais como carência de habitações, saneamento ambiental inadequado, violência e graves problemas no transporte público.

Além dos problemas acima citados, as obras de infraestrutura energética realizadas enfrentam grande oposição de ambientalistas.

5 Algumas reflexões mais contemporâneas sobre o conceito de Desenvolvimento

O termo "desenvolvimento" é (e sempre foi) muito usado na vida política, aparece com frequência nos noticiários da TV e nas discussões acadêmicas.

Mas o que é, de fato, desenvolvimento?

Quando olhamos o termo no dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, vemos uma série de definições:

> "crescimento, progresso, adiantamento <desenvolvimento da economia, das ciências>"

> "crescimento econômico, social e político de um país, região, comunidade etc."

> "aumento dos atributos físicos; crescimento <desenvolvimento do corpo de um organismo>"

A partir destas definições, é possível perceber que **crescimento** é uma qualidade fundamental da noção clássica de desenvolvimento. Além disso, esta noção é, quase sempre, vinculada ao crescimento econômico[3].

Muitos economistas acreditam que o desenvolvimento econômico seja a única forma de solucionar os problemas encontrados no país. Bresser Pereira (2007), por exemplo, afirma que "desde a Revolução Capitalista o desenvolvimento econômico se tornou um objetivo político central das nações, de forma que o governo de um Estado só estará realmente sendo bem sucedido se estiver alcançando taxas razoáveis de crescimento".

Partindo desta orientação, os governos, por vezes, colocam este objetivo central acima de outras políticas que promovam o bem-estar social, a qualidade de vida e a preservação do meio ambiente. Essa postura foi mais marcante durante as décadas de 1980 e 1990, mas persiste até os dias de hoje. Atualmente, entretanto, essa noção puramente desenvolvimentista vem sendo contestada.

Os cortes nos gastos com políticas sociais durante a década de 1980 geraram um quadro de carências e acentuaram as desi-

3-Existe um extenso debate na literatura a respeito do uso de indicadores de desenvolvimento. Durante anos, o principal indicador foi o PIB (Produto Interno Bruto) do país ou o PIB per capita (PIB dividido pelo número de habitantes do país). Entretanto, críticos à visão de desenvolvimento vinculada exclusivamente ao crescimento econômico propõem o uso de outros indicadores. O mais conhecido deles é o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que incorpora, além do PIB per capita, a expectativa de vida ao nascer e os indicadores de educação. Ainda assim, alguns autores ponderam que o IDH continua sendo uma média, podendo mascarar situações extremas vividas em um contexto de profunda injustiça social.

gualdades sociais no Brasil. Ao mesmo tempo, a degradação ambiental resultante das políticas desenvolvimentistas que vinham sendo executadas desde a década de 1970 começou a ser contestada pelo movimento ambientalista.

Desenvolvimento sustentável: entre a busca do consenso e a legitimação do desenvolvimento econômico

O documento preparatório à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (conhecida como Rio 92), intitulado Nosso Futuro Comum, define **desenvolvimento sustentável** como o tipo de desenvolvimento que

> "atende às necessidades do presente sem comprometer a necessidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades."[4]

A partir deste conceito, o objetivo seria a manutenção do desenvolvimento econômico através da adaptação tecnológica que permitisse aliar crescimento e preservação ambiental.

Entretanto, o termo está longe do alcance de um consenso e há inúmeras críticas ao conceito de desenvolvimento sustentável proposto. Uma das principais críticas se refere ao fato de que os países ditos desenvolvidos estariam buscando a manutenção das mesmas práticas de sempre e, através da alegação de que estão incorporando práticas ambientalmente sustentáveis, buscam justificar a busca pelo crescimento econômico.

4-Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987.

Seja como for, o conceito possui três dimensões: a econômica, a social e a ambiental. É possível afirmar que as disputas em torno do tema giram em torno do conteúdo e objetivos de cada uma destas dimensões.

Para você, o que é importante em cada uma das três esferas: econômica, social e ambiental?

Por exemplo, na esfera econômica, um determinado grupo pode alegar que o objetivo é o crescimento econômico. Por outro lado, considerando que o Brasil já se encontra entre as sete maiores economias do mundo, outro grupo pode argumentar que o objetivo a ser alcançado através das políticas públicas não deva ser o crescimento, mas sim a distribuição de renda.

Em relação ao meio ambiente, os movimentos sociais vêm reivindicando que a questão não se restrinja apenas à preservação da natureza, mas incorpore também a reversão das situações de acesso diferenciado aos recursos naturais (como o acesso à água, à terra etc.) e o debate sobre a injusta distribuição dos prejuízos do desenvolvimento econômico – representada claramente pela poluição industrial em algumas áreas onde vivem grupos marginalizados - e sobre a execução de políticas públicas urbanas e ambientais, tais como a política de saneamento.

Por fim, na esfera social, os objetivos propostos por diferentes atores incluem: a equidade social; o respeito às diferenças; a igualdade de oportunidades entre pessoas de diferentes raças, gêneros e orientação sexual; a universalização de direitos; a prestação de serviços

públicos fundamentais de qualidade; o aprofundamento da democracia; entre outros.

O mais importante aqui é destacar que o "desenvolvimento sustentável" é um conceito ainda em disputa, assumindo diferentes significados de acordo com as práticas de cada grupo social. O mesmo ocorre com o termo desenvolvimento, como destaca Wolfgang Sachs (2000),

O desenvolvimento não consegue se desassociar das palavras com as quais foi criado: crescimento, evolução, maturação. Da mesma forma, os que hoje usam a palavra não conseguem libertar-se de uma teia de significados que causam uma cegueira específica em sua linguagem, pensamento e ação. Não importa o contexto no qual está sendo usada, ou a conotação precisa que o usuário queira lhe dar, a expressão, de alguma maneira, torna-se qualificada e colorida com outros significados que provavelmente nem eram desejados. A palavra sempre tem um sentido de mudança favorável, de um passo do simples para o complexo, do inferior para o superior, do pior para o melhor. Indica que estamos progredindo porque estamos avançando segundo uma lei universal necessária e inevitável, e na direção de uma meta desejável. Até hoje a palavra retém o significado que foi dado há um século por Haeckel, o criador da ecologia: "A partir deste momento, o desenvolvimento é a palavra mágica que irá solucionar todos os mistérios que nos rodeiam ou, pelo menos, que nos irá guiar até essas soluções".

Porém, para dois terços da população mundial, esse significado positivo da palavra "desenvolvimento" – profundamente enraizado dois séculos depois de sua construção social – é um lembrete daquilo que eles não são. Faz com que se lembrem de uma condição indesejável e indigna. Para escapar dessa condição, precisam escravizar-se a experiências e sonhos alheios.

A chegada da indústria do petróleo à Bacia de Campos, na década de 1970, criou grande expectativa na população, produzindo um imaginário coletivo de desenvolvimento através da renda auferida com royalties, participações especiais e da criação de empregos diretos ou indiretos. Ainda que muitas mudanças tenham ocorrido na região, a chegada de imigrantes, a ocupação desordenada das cidades, a concentração de renda produzida e a formação de bolsões de pobreza frustraram algumas dessas expectativas.

Para refletir...

Como vimos ao longo deste material educativo, o planejamento enquanto técnica, enquanto instrumento de política econômica estatal, só começou a ser incorporado pelo poder público durante a Segunda Guerra Mundial. Neste período, o principal objetivo era a industrialização do país e a substituição de importações, baseado numa ideologia desenvolvimentista nacionalista. O objetivo de integração regional também desempenha importante papel a partir da década de 1950 e durante os governos militares.

Na década de 1980, há um recuo do Estado na atividade de planejamento, influenciado pela crise econômica e pela ideologia neoliberal. Além disso, o fortalecimento do movimento ambientalista, no final do século XX, acresceu outro elemento que passa a contrabalancear a política de desenvolvimento: a preservação ambiental. A partir de então, passa a haver uma tentativa de mensuração dos custos sociais e ambientais das intervenções estatais e privadas. Entretanto, a concepção de desenvolvimento fortemente vinculada à noção de crescimento econômico ainda é dominante e há grande pressão para a concessão de licenças ambientais para obras consideradas fundamentais à viabilização do crescimento do país.

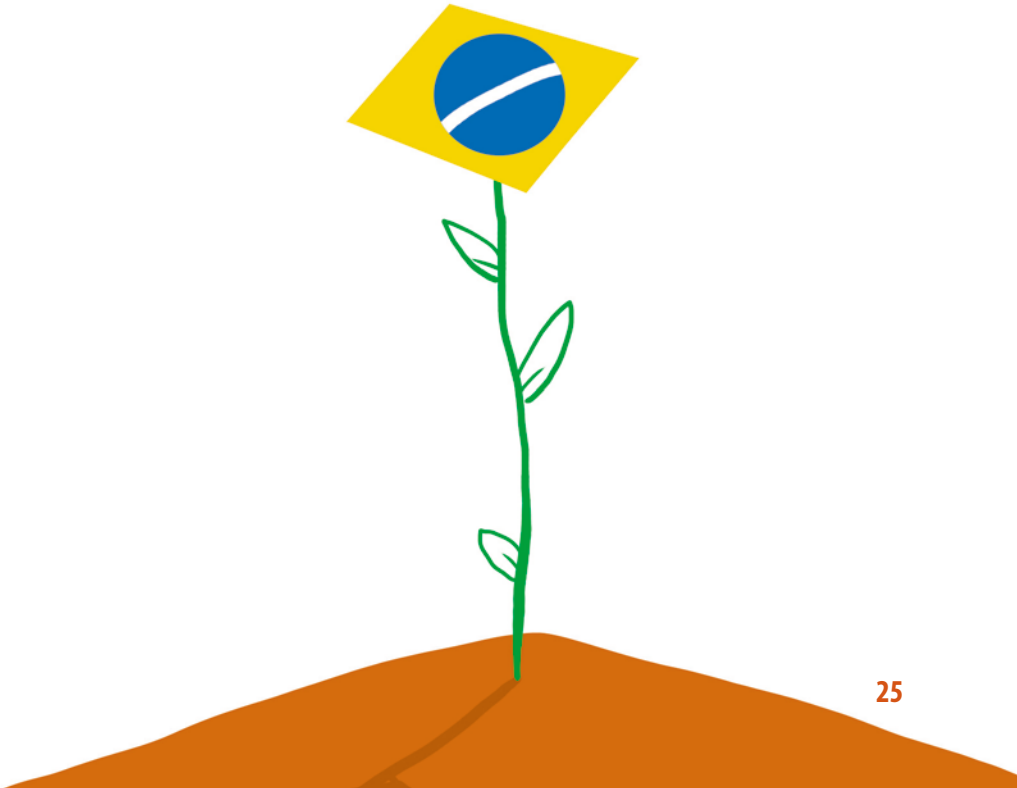
A partir dessa discussão, em sua opinião, seu município cresceu ou se desenvolveu?

É possível identificar reflexos dos modelos de desenvolvimento adotados ao longo da história no seu município?

Desdobramentos da abordagem do tema no Pró-Lideranças NEA-BC

Após a reflexão crítica sobre os processos históricos que ditaram o atual modelo de desenvolvimento vivenciado pelos comunitários, buscou-se estimulá-los a construir um modelo de desenvolvimento alternativo para sua comunidade, através de algumas etapas definidas pelos educadores e orientadas pelos técnicos do programa:

1. Constituir um grupo de estudo para aprofundar os conteúdos trabalhados no Modulo I;
2. Pesquisar sobre experiências de modelos alternativos de desenvolvimento experimentados no Brasil;
3. Retomar a reflexão sobre passado e presente da localidade;
4. Fazer um exercício coletivo de desejos, aspirações e conquistas, mesmo inatingíveis neste momento, a fim de construir o futuro da localidade;
5. Responder, ao final, a seguinte pergunta: "Segundo as diretrizes do processo de licenciamento ambiental, programas de educação ambiental devem acompanhar a expectativa de vida útil dos empreendimentos licenciados (no caso, aproximadamente 3 décadas). Assim, que papel teria o licenciamento nesse processo?"



Referências

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O Processo Histórico do Desenvolvimento Econômico. Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/. 2007.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Publifolha, 2000.

HOFBAUER, Andreas. Uma história do branqueamento ou o negro em questão. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

Houaiss A, Villar M de S, Franco FM de. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PROGRAMA DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS – NEA-BC. Módulo I: Estado e Planejamento no Brasil. Modelos de desenvolvimento experimentados ao longo da história. Petrobras, Participar, 2011.

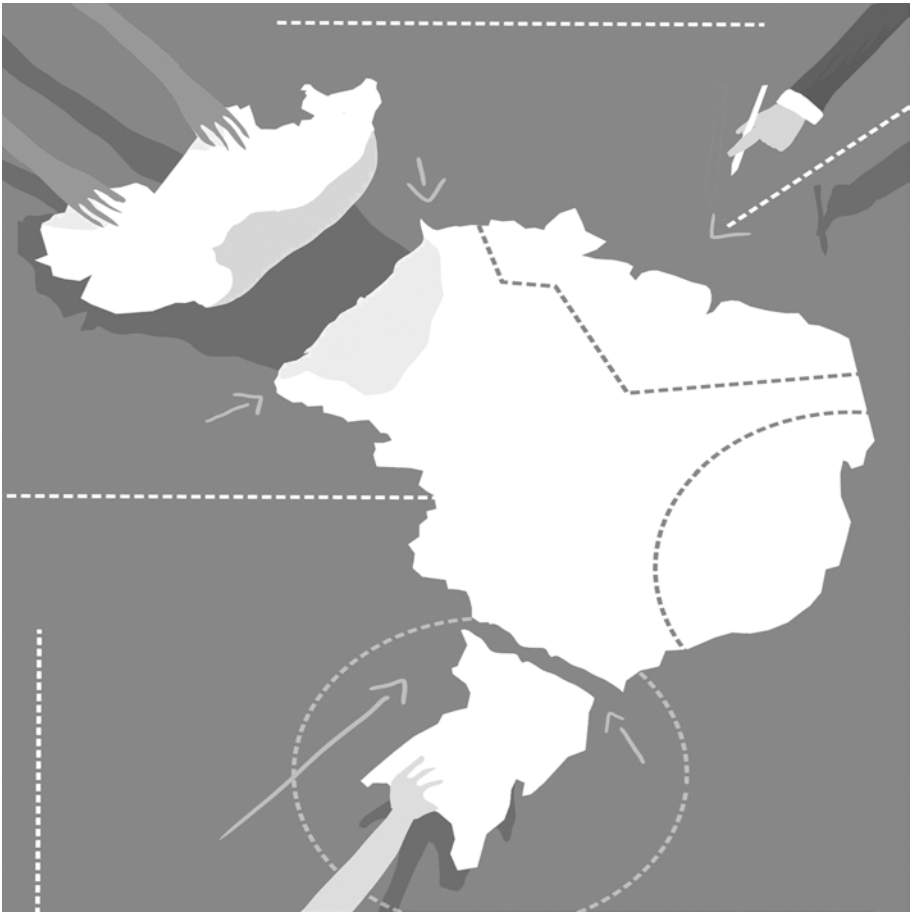
SACHS, Wolfgang. Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo. Pós-neoliberalismo – As Politicas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

Sites consultados

Prefeitura de Quissamã – História do Município de Quissamã. Disponível em: http://www.quissama.rj.gov.br/index.php/turismo/2012-03-14-17-54-19

História do Brasil – por Bóris Fausto: República Velha. Disponível em: http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=32388



Coleção Organização Comunitária e Incidência em Políticas Públicas

Desenvolvimento: modelos experimentados ao longo da história do Brasil Volume II

Realização

Órgão Licenciador

A realização do Projeto NEA-BC é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Pró-Lideranças NEA-BC

Programas de Educação Ambiental, a partir do viés educacional proposto pela CGPEG/IBAMA, preconizam um movimento permanente de busca por ambientes participativos de aprendizagem. Estas iniciativas representam uma realidade relativamente recente na história da indústria do Petróleo, e também na trajetória da PETROBRAS. O processo de licenciamento ambiental vem se constituindo em campo privilegiado de aprendizado, além de requerer a interação entre múltiplos saberes ou áreas de atuação. Nesse contexto, as condicionantes legais vêm desafiando a sensibilidade e o talento dos quadros corporativos para o estabelecimento de relacionamentos mais positivos com a comunidade, o poder público e os órgãos ambientais. Este material representa parte do conhecimento sistematizado pela equipe da PARTICIPAR – Desenvolvimento e Avaliação de Projetos neste processo de aprendizagem.

Uma boa leitura!

Antônio Nascimento
Jean Marcelo Costa
Suyá Quintslr
Ana Tolino
Emanuelle Silva
Marcelo Arouca
Marina Mendonça